

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DO
PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IVATÉ
2015/2016

1 RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

Letícia de Souza Pestana

Silvana dos Santos Fonseca

Rosemeyre Pizani Castellini

Rilda Andreuci de Souza

2 PERÍODO DE ELABORAÇÃO

Junho de 2016 a Junho de 2017

3 METODOLOGIA DO MONITORAMENTO

A Equipe Técnica para Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação - PME reuniu-se várias vezes para:

1. Preenchimento da Ficha de Monitoramento do PME - Parte A, com os dados gerais do PME, Comissão Coordenadora e Equipe Técnica;

2. Leitura e estudo do PME e do Caderno de Orientações para Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação;

3. Preenchimento da Ficha de Monitoramento do PME - Parte B, relacionando as metas mensuráveis e estratégias de forma cronológica, citando os prazos definidos para cada uma;

4. Análise e definição/atualização dos indicadores educacionais e fontes de cada meta monitorada;

5. Preenchimento da Ficha de Monitoramento do PME - Parte C, relacionando as metas mensuráveis de forma cronológica, os indicadores educacionais e fontes, as metas previstas e as metas executadas no período (2015 e 2016).

7. Construção do Relatório de Monitoramento do PME 2015/2016.

8. Entrega das Fichas de Monitoramento do PME - Parte A, B e C preenchidas para a Secretaria Municipal de Educação, juntamente do Relatório de Monitoramento do PME 2015/2016.

4. METAS DO PME MONITORADAS 2015/2016

META 1 - Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.

Indicador 1A	Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade.		
META PREVISTA PARA O PERÍODO	META ALCANÇADA NO PERÍODO		FONTE DO INDICADOR
100,00%	DADO OFICIAL ¹	78,4%	INEP (2014)
	DADO MUNICIPAL ²	100,00% (2015) 100,00% (2016)	Secretaria Municipal da Saúde - Sistema ELOTCH e Censo Escolar

Indicador 1B	Ampliar ofertas em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PME.		
META PREVISTA PARA O PERÍODO	META ALCANÇADA NO PERÍODO		FONTE DO INDICADOR
50,00%	DADO OFICIAL ¹	18,4%	INEP (2014)
	DADO MUNICIPAL ²	40,37% (2015) 81,97/ (2016)	Secretaria Municipal da Saúde - Sistema ELOTCH e Censo Escolar

As Tabela 01 e 02, apresentam um cenário positivo com relação a meta do município no atendimento da população de 0 a 3 anos (creche) e 04 e 05 anos (pré-escola) que frequenta a escola, pois já atingiu a meta nacional prevista para 2025, com ressalva ao ano de 2015 para o atendimento de 0 a 3 anos. Diante da realidade de creche, é possível melhorar ainda mais as taxas de atendimento, garantindo o direito das crianças. Com relação a pré-escola faz-se necessário manter o atendimento de todas as crianças dessa faixa etária.

Tabela 01: Número de crianças de 0 a 3 anos do município e número de crianças na escola

Ano	Total de crianças	Número de crianças na escola	Percentual de crianças na escola
2015	161	65	40,37

¹ É o dado apresentado pelos estudos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP

² É o dado produzido pelas pesquisas realizadas pelo município ou outro

2016	172	141	81,97%
-------------	-----	-----	--------

Fonte: Secretaria Municipal da Saúde - Sistema ELOTCH, Secretaria Municipal de Educação - Data base: 27 de maio de 2015 e 31 de maio de 2016

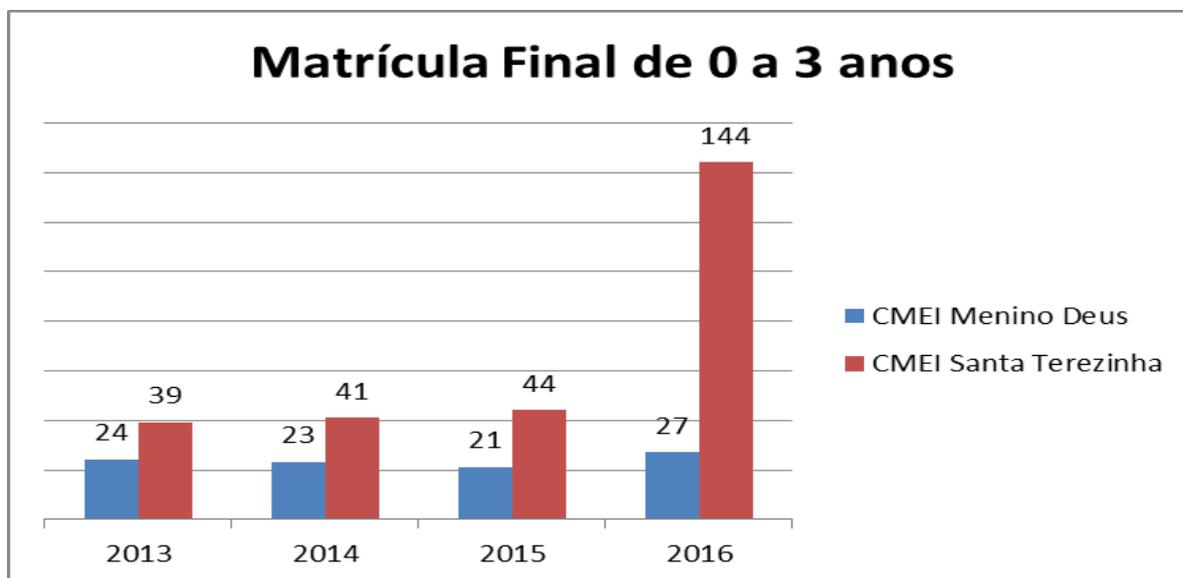
Tabela 02: Número de crianças de 4 e 5 anos do município e número de crianças na escola

Ano	Total de crianças	Número de crianças na escola	Percentual de crianças na escola
2015	126	127	100%
2016	129	194	100%

Fonte: Secretaria Municipal da Saúde - Sistema G-MUS, Secretaria Municipal de Educação - Data base: 27 de maio de 2015 e 31 de maio de 2016

Nos Centros de Educação Infantil Santa Terezinha e Menino Deus são atendidas crianças, de até 05 anos de idade. A partir do momento em que a criança completar 4 anos de idade ela irá frequentar apenas um turno nos Centros de Educação Infantil Santa Terezinha e Menino Deus, ou ainda na Escola Municipal Prof. Walter Bergman. O Gráfico 01 apresenta a matrícula final nos últimos anos. A inserção da mulher no mercado de trabalho é um indicador do aumento de matrículas para o período integral. A tabela 03 apresenta uma projeção da população de 0 a 3 anos de idade de 2017/2025.

Gráfico 01: Matrícula de Creche dos Centros Educacionais: Menino Deus e Santa Terezinha - 2013/2016



Fonte: www.qedu.org.br/escola

Tabela 03: Apresenta uma projeção de 0 a 3 anos de idade segundo município – Paraná – 2017/2025.

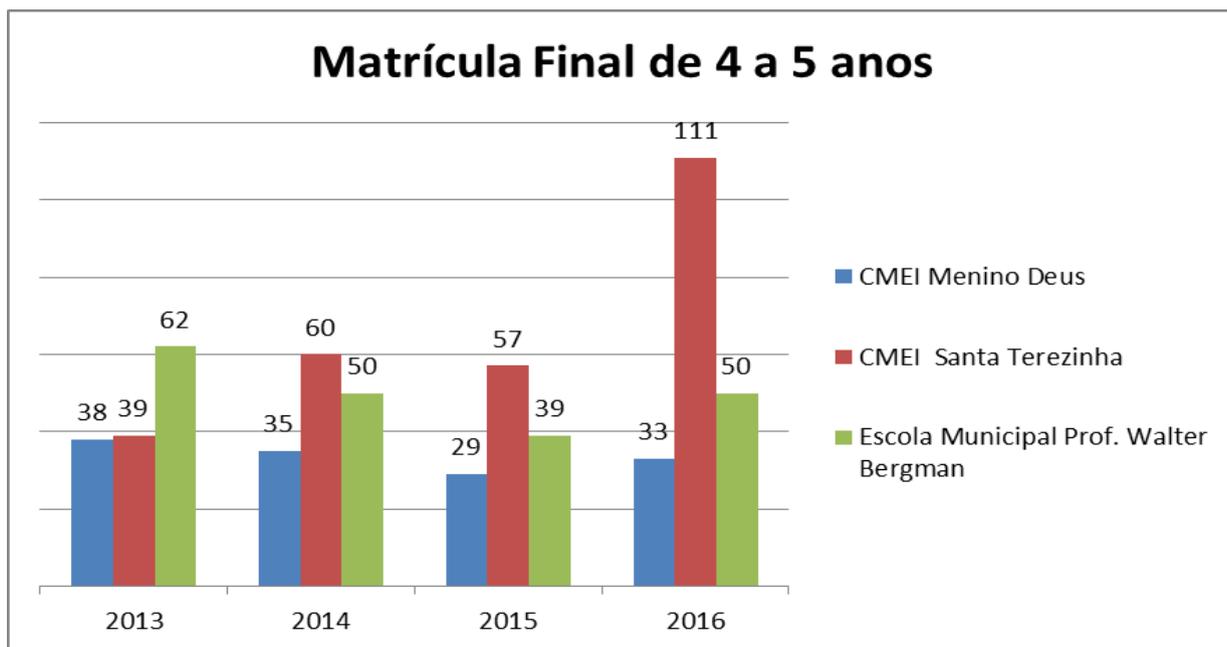
0 a 3 anos								
2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
417	413	407	403	398	393	388	382	377

Fonte: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES)

Os Centros de Educação Infantil Santa Terezinha e Menino Deus e a Escola Municipal Prof. Walter Bergman atendem crianças de 4 a 5 anos oriundas da sede e do distrito. A maioria

das crianças de 3 anos frequentam a escola, sendo um direito dos pais matricularem ou não, e uma obrigação do poder público oferecer. Já as crianças de 4 e 5 anos estão todas matriculadas, em função do direito e também da obrigatoriedade de estarem frequentando a escola (Gráfico 02). A tabela 04 apresenta uma projeção da população de 4 a 5 anos de idade de 2017/2025.

Gráfico 02: Matrícula Final dos Centros Educacionais: Menino Deus e Santa Terezinha e da Escola Mun. Prof. Walter Bergman - 2013/2016



Fonte: QEdu

Tabela 04: Apresenta uma projeção de 4 a 5 anos de idade segundo município – Paraná – 2017/2025.

4 a 5 anos								
2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
219	215	211	207	205	202	200	197	196

Fonte: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES)

META 2 - Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

O Ensino Fundamental, segunda etapa da educação básica é oferecido através dos anos iniciais (1º ao 5º ano) nas Escolas Municipais Prof. Walter Bergman e Municipal Herculândia e anos finais (6º ao 9º ano) nos Colégios Estaduais Rachel de Queiroz e Presidente Getúlio Vargas, conforme Tabela 5.

Indicador	Universalizar o Ensino Fundamental de 9 anos para toda a população de 06 a 14 anos.
------------------	---

2A			
META PREVISTA PARA O PERÍODO	META ALCANÇADA NO PERÍODO		FONTE DO INDICADOR
95,00%	DADO OFICIAL ¹	98,1%	INEP (2014)
	DADO MUNICIPAL ²	98,1%	INEP (2014)

Indicador 2B	Percentual de Pessoas 16 anos com pelo menos o Ensino Fundamental concluído.		
META PREVISTA PARA O PERÍODO	META ALCANÇADA NO PERÍODO		FONTE DO INDICADOR
95,00%	DADO OFICIAL ¹	62,4%	INEP (2014)
	DADO MUNICIPAL ²	62,4%	INEP (2014)

Tabela 5: Escolas que atendem o ensino fundamental, rede e número de alunos

Rede	Escolas	Ano	Número de Alunos
Municipal	Escolas Municipais Prof. Walter Bergman e Municipal Herculândia - 1º ao 5º ano	2015	532
		2016	475
Estadual	Colégios Estaduais Rachel de Queiroz e Presidente Getúlio Vargas – 6º ao 9º ano	2015	375
		2016	395

Fonte: Qedu e Secretaria de Educação do Paraná

Os índices de rendimento escolar compreendem aprovação, reprovação e abandono. O cenário de 1º ao 5º ano, atendido pela rede municipal de ensino é positivo com relação a evasão.

A reprovação na rede municipal de ensino, comprovada nas Tabelas 6 e 7 e no Gráfico 3, oscilou de 2010 a 2016, diminuindo em 2014 na Escola Municipal Prof. Walter Bergman e em 2016 na Escola Municipal Herculândia. Faz-se necessário continuar as ações efetivas de acompanhamento às dificuldades dos alunos, que devem ser trabalhadas quando constatadas, possibilitando a recuperação paralela (conteúdos e notas) e, se necessário encaminhamento ao Apoio Pedagógico. É um desafio a ser superado diariamente, pois a reprovação incide diretamente na distorção idade-série.

Tabela 6: Rendimento escolar de 1º ao 5º ano – Escola Municipal Prof. Walter Bergman

Ano	Número de alunos	Percentual de aprovação (%)	Número de alunos reprovados	Percentual de reprovados (%)	Número de alunos evadidos	Percentual de evadidos (%)
2010	419	92,24%	20	5,97%	1	0,90%
2011	396	97,78%	06	1,48%	3	0,74%
2012	439	98,87%	05	35,71%	0	0
2013	419	97,67%	09	2,10%	1	0,23%
2014	405	99,75%	01	0,25%	0	0
2015	406	97,60%	10	2,40%	0	0
2016	364	96,30%	14	3,70%	0	0

Fonte: Censo Escolar

Tabela 7: Rendimento escolar de 1º ao 5º ano – Escola Municipal Herculândia

Ano	Número de alunos	Percentual de aprovação (%)	Número de alunos reprovados	Percentual de reprovados (%)	Número de alunos evadidos	Percentual de evadidos (%)
2010	115	96,6%	4	3,4%	0	0
2011	116	97,4%	3	2,6%	0	0
2012	111	92,5%	9	7,5%	0	0
2013	104	93,6%	7	6,4%	0	0
2014	107	92,2%	9	7,8%	0	0
2015	91	91,9%	8	8,1%	0	0
2016	112	98,2%	2	1,8%	0	0

Fonte: Censo Escolar

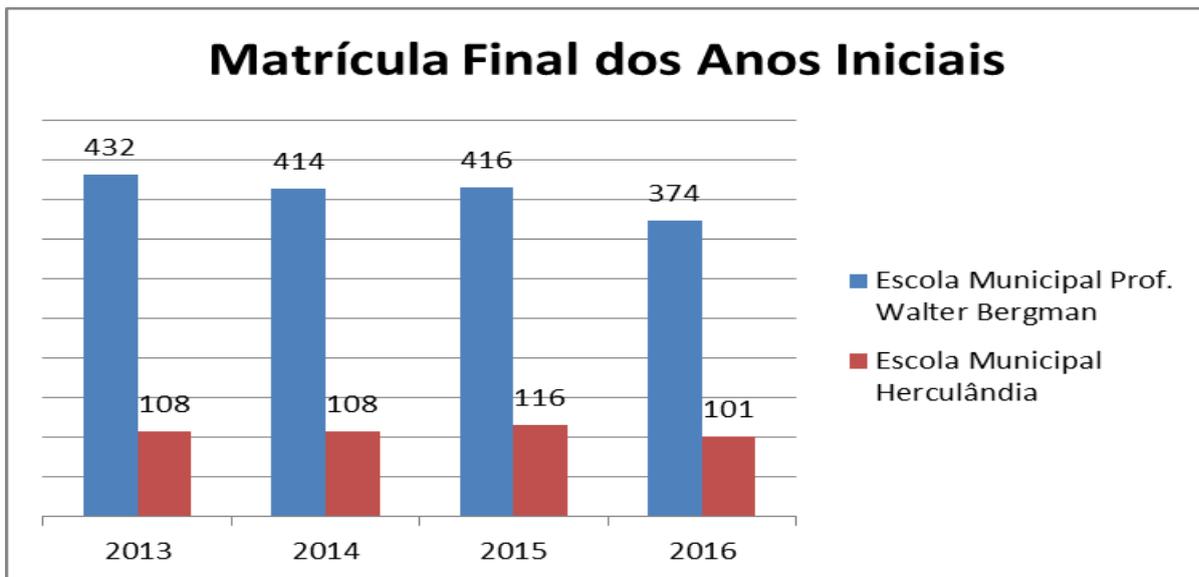
Tabela 8: Taxas de Rendimento Educacionais no Ensino Fundamental (Anos Iniciais) 2016 – Escolas Municipais Prof. Walter Bergman e Municipal Herculândia.

Tipo de Ensino	Aprovação %	Reprovação %	Abandono %
1ª a 4ª e/ou 1º ao 5º	95,9	4,1	0,4

Fonte: MEC/INEP - IPARDES

Com relação ao número de alunos matriculados de 1º ao 5º ano na rede municipal de ensino, pode-se afirmar que o mesmo nos últimos 4 anos diminuiu (Gráfico 3), isso se justifica em função do número de filhos por família ter diminuído, desta forma diminuiu também a população do município. É importante ressaltar que em 2008 foi criado e implantado o ensino fundamental de 09 anos e, a partir de 2012 todas as turmas dos anos iniciais já são do 1º ao 5º ano.

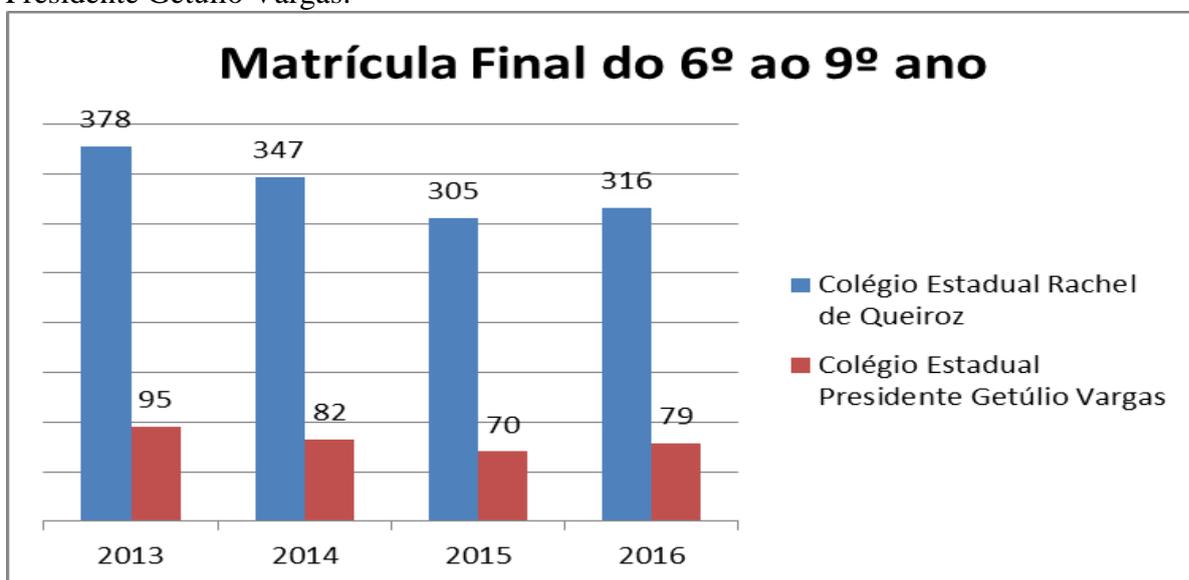
Gráfico 3: Matrícula final de 1º ao 5º ano 2013/2016 – Escolas Municipais Prof. Walter Bergman e Municipal Herculândia



Fonte: Censo Escolar

É visível também na rede estadual a diminuição no número de matrículas de 6º ao 9º ano (Gráfico 4). A diminuição maior ocorreu em 2015.

Gráfico 4: Matrícula final do 6º ao 9º ano 2013/2016 – Colégios Estaduais Rachel de Queiroz e Presidente Getúlio Vargas.



Fonte: Censo Escolar/QEdu

Com relação aos índices de rendimento escolar do Colégio Estadual Rachel de Queiroz (Tabela 9), observa-se que o percentual maior de reprovação aumentou consideravelmente em 2010 e 2015, diminuindo em 2012 e 2013. A evasão também esteve presente nos anos finais do ensino fundamental, aumentando em 2011 e 2014.

Tabela 9: Rendimento escolar de 6º ao 9º ano 2010/2016 – Colégio Estadual Rachel de Queiroz

Ano	Número de alunos	Percentual de aprovação (%)	Percentual de reprovação (%)	Percentual de evadidos (%)
2010	427	94,5%	4,8%	0,7%
2011	425	94,4%	4,7%	0,9%
2012	356	98%	1,7%	0,3%
2013	378	97,8%	1,6%	0,6%
2014	347	96,1%	3%	0,9%
2015	305	93,5%	6,2%	0,3%
2016	316	95,91%	3,77%	0,3%

Fonte: Secretaria de Educação/Censo/QEdu

Com relação aos índices de rendimento escolar do Colégio Estadual Presidente Getúlio Vargas (Tabela 10), observa-se que o percentual maior de reprovação aumentou consideravelmente em 2011 e 2014, diminuindo em 2013 e 2015. A evasão também esteve presente nos anos finais do ensino fundamental, aumentando em 2013 e 2016.

Tabela 10: Rendimento escolar de 6º ao 9º ano 2010/2016 – Colégio Estadual Presidente Getúlio Vargas.

Ano	Número de alunos	Percentual de aprovação (%)	Percentual de reprovação (%)	Percentual de evadidos (%)
2010	104	93%	6%	1%
2011	123	88,9%	11,1%	0
2012	101	90%	7%	3%
2013	95	93,6%	3,2%	3,2%
2014	82	86,6%	11%	2,4%
2015	70	96,8%	3,2%	0
2016	79	92,41%	3,80%	3,80%

Fonte: Secretaria de Educação/Censo/Qedu

Tabela 11: Taxas de Rendimento Educacionais no Ensino Fundamental (Anos Finais) 2016 – Colégios Estaduais Rachel de Queiroz e Presidente Getúlio Vargas.

Tipo de Ensino	Aprovação %	Reprovação %	Abandono %
5ª ao 8ª e/ou 6º ao 9º	95,2	3,8	1,0

Fonte: MEC/INEP - IPARDES

É fundamental uma intervenção pedagógica específica e efetiva com os alunos que apresentam dificuldades, com o objetivo de melhorar a aprendizagem. Constata-se que a reprovação incide diretamente no fluxo escolar gerando a distorção idade-série, um dos grandes problemas dos anos finais do ensino fundamental.

É meta garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do PME.

Estamos muito perto de universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos. Com relação a evasão escolar, faz-se necessário continuar a busca efetiva dos alunos faltosos.

Gráfico 12: Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola



META 3 - Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

A Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva integra o Sistema Municipal de Ensino de Ivaté e está normatizada através da Resolução nº113/2017.

Indicador 3A	Percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola.		
META PREVISTA PARA O PERÍODO	META ALCANÇADA NO PERÍODO		FONTE DO INDICADOR
100,00%	DADO OFICIAL ¹	100,00%	INEP (2014)
	DADO MUNICIPAL ²	100,00%	INEP (2014)

Indicador 3B	Percentual de matrículas em classes comuns do Ensino Regular e/ou EJA da Educação Básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.		
META PREVISTA PARA O PERÍODO	META ALCANÇADA NO PERÍODO		FONTE DO INDICADOR
100,00%	DADO OFICIAL ¹	4.285,7%	INEP (2014)
	DADO MUNICIPAL ²	4.285,7%	INEP (2014)

Os Gráficos 5 e 6 e as Tabelas 13 e 14 confirmam que o processo de educação inclusiva está acontecendo no município, tanto nas redes estaduais como municipais, pois toda a população de 04 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação estão incluídos nas classes comuns do ensino regular.

Gráfico 5: População de 4 a 17 anos com deficiência que frequenta escola



Gráfico 6: População de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação que estudam nas classes comuns da educação básica.



Tabela 13: Alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação incluídos nas classes comuns do ensino regular.

Ano	Escola Municipal Prof. Walter Bergman	CMEI Santa Terezinha	Escola Municipal Herculândia
2013	3	-	3
2014	12	-	5
2015	16	-	11
2016	8	1	10

Fonte: Censo Escolar

Tabela 14: Número de matrículas na Ed. Especial segundo a modalidade de ensino e a dependência administrativa – 2016.

MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL SEGUNDO A MODALIDADE DE ENSINO E A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - 2016

MODALIDADE DE ENSINO	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR	TOTAL
Educação infantil	-	-	-	2	2
Creche	-	-	-	1	1
Pré-escolar	-	-	-	1	1
Ensino fundamental	-	-	5	3	8
Educação de jovens e adultos	-	-	-	15	15
TOTAL	-	-	5	20	25

FONTE: MEC/INEP

NOTA: Refere-se ao aluno que é de turma exclusiva com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades e/ou superdotação (classes especiais).

Fonte: IPARDES

As pessoas que precisam de um atendimento especializado frequentam a APAE (Associação dos Amigos dos Excepcionais), na Escola de Educação Especial Amor e Paz - APAE. (Tabela 15).

Tabela 15: Número de matrículas na APAE

Ano	Número de crianças	Número de adultos
2010	12	20
2011	12	20
2012	12	20
2013	12	20
2014	9	16
2015	7	17
2016	6	16

Fonte: Secretaria Municipal de Educação/APAE/Censo Escolar

Tabela 16: População de 04 a 17 anos de idade segundo tipo de dificuldade:

Dificuldade permanente de enxergar				
Sim, não consegue de modo algum	Sim, grande dificuldade	Sim, alguma dificuldade	Não, nenhuma dificuldade	Ignorado
0	13	77	1.528	0

Dificuldade permanente de ouvir				
Sim, não consegue de modo algum	Sim, grande dificuldade	Sim, alguma dificuldade	Não, nenhuma dificuldade	Ignorado
0	9	3	1.606	0

Dificuldade permanente de caminhar ou subir degraus				
Sim, não consegue de modo algum	Sim, grande dificuldade	Sim, alguma dificuldade	Não, nenhuma dificuldade	Ignorado

4	5	5	1.603	-
---	---	---	-------	---

Deficiência mental/intelectual permanente		
Sim	Não	Ignorado
6	1.613	-

Fonte: IPARDES

META 4 – Oportunizar a 100% dos Jovens e Adultos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria, a conclusão desta etapa, sendo o município responsável pela alfabetização de Jovens e Adultos Fase I e o Estado, Fase II.

O município e as famílias ivateenses, ao longo dos anos, têm empregado esforços para garantir o direito ao acesso e/ou a conclusão dos estudos àqueles que não puderam fazê-lo na idade escolar obrigatória. De acordo com o Gráfico 07 e Tabela 17, a taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais é um indicativo de que esses esforços ainda não foram suficientes.

Indicador 4A	Oportunizar a 100% dos Jovens e Adultos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria, a conclusão desta etapa, sendo o município responsável pela alfabetização de Jovens e Adultos Fase I e o Estado, Fase II.		
META PREVISTA PARA O PERÍODO	META ALCANÇADA NO PERÍODO		FONTE DO INDICADOR
93,5%	DADO OFICIAL ¹	89,8%	INEP (2014)
	DADO MUNICIPAL ²	89,8%	INEP (2014)

Gráfico 07: Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais



Tabela 17: População com 15 anos ou mais alfabetizada

População com 15 anos ou mais	População com 15 anos ou mais alfabetizada	População com 15 anos ou mais não alfabetizada
419	303	27,68%

Fonte: IBGE 2010/ IPARDES

A escolaridade da população jovem e adulta no município de Ivate vem diminuindo

mesmo com as oportunidades de acesso a EJA e também pela frequência a escola na idade certa. Atualmente, a demanda maior não é para alfabetização de adultos, mas para a conclusão do ensino fundamental (anos finais) e ensino médio (Tabela 18).

Tabela 18: Matrícula da EJA no Ensino Fundamental e Médio – 2010/2016

Ano	Matrícula na EJA Ensino Fundamental 1º ao 5º ano	Matrículas no CEEBJA 6º ao 9º ano 1º ao 3º ano
2010	18	265
2011	12	264
2012	15	249
2013	16	257
2014	10	314
2015	16	267
2016	9	258

Fonte: Censo Escolar/Qedu

Tabela 19: Matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e (CEEBJA) segundo a modalidade de ensino e a dependência administrativa – 2016.

MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) SEGUNDO A MODALIDADE DE ENSINO E A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - 2016

MODALIDADE DE ENSINO	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR	TOTAL
Ensino fundamental	-	114	9	-	123
Ensino médio	-	144	-	-	144
TOTAL	-	258	9	-	267

FONTES: MEC/INEP

NOTA: Referem-se às matrículas em turmas destinadas as pessoas que não cursaram o ensino fundamental e/ou o ensino médio em idade própria.

Fonte: IPARDES

A pouca escolaridade das pessoas que hoje estão na idade adulta e/ou terceira idade contribuiu para o analfabetismo funcional, que está sendo superado pelo aumento gradativo da escolaridade, pela participação em cursos de formação profissional oferecidos pelos poderes públicos e empresas privadas nas várias áreas de atuação, pela inclusão em programas digitais e outros das diversas políticas públicas. Não se tem indicadores mensuráveis mais recentes, que tornariam as análises mais precisas sobre o analfabetismo funcional, os utilizados são do IBGE 2010, conforme Gráfico 08 e Tabela 20.

Gráfico 08: Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais



Tabela 20: População com 15 anos ou mais - analfabetas funcionais

TAXA DE ANALFABETISMO SEGUNDO FAIXA ETÁRIA - 2010

FAIXA ETÁRIA (anos)	TAXA (%)
De 15 ou mais	10,23
De 15 a 19	1,10
De 20 a 24	0,78
De 25 a 29	2,65
De 30 a 39	4,29
De 40 a 49	7,52
De 50 e mais	25,70

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Foi considerado como analfabetas as pessoas maiores de 15 anos que declararam não serem capazes de ler e escrever um bilhete simples ou que apenas assinam o próprio nome, incluindo as que aprenderam a ler e escrever, mas esqueceram.

Fonte: IBGE 2010/IPARDES

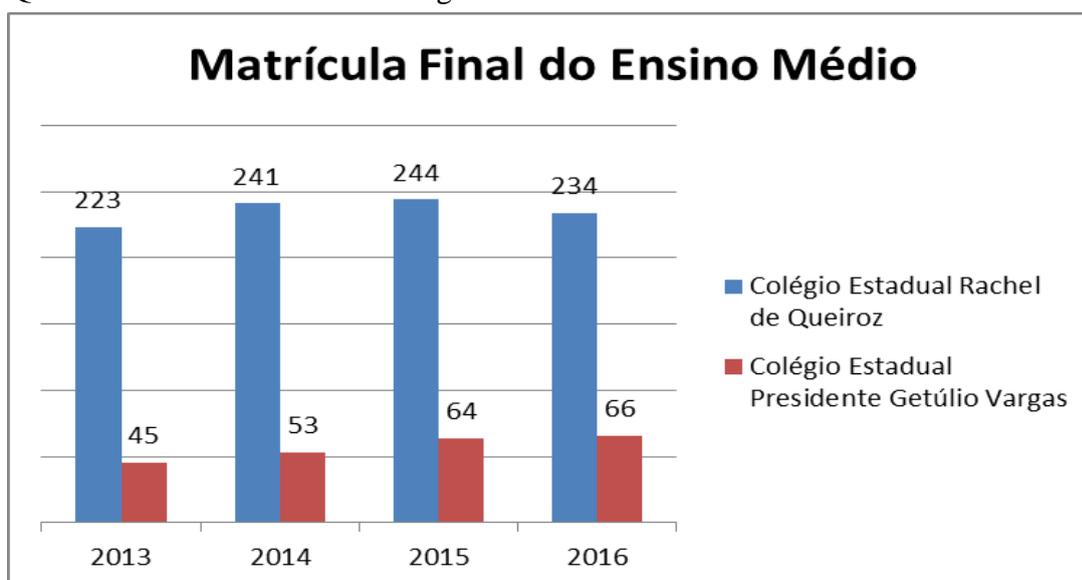
META 5 – Colaborar com a universalização do atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, até 2016, e elevação da taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco) por cento).

Indicador 5A	Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou já concluiu a educação básica		
META PREVISTA PARA O PERÍODO	META ALCANÇADA NO PERÍODO		FONTE DO INDICADOR
85,00%	DADO OFICIAL ¹	89,1%	INEP (2014)
	DADO MUNICIPAL ²	89,1%	INEP (2014)

Indicador 5B	Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio ou possui educação básica completa.		
META PREVISTA PARA O PERÍODO	META ALCANÇADA NO PERÍODO		FONTE DO INDICADOR
90,00%	DADO OFICIAL ¹	39,9%	INEP (2014)
	DADO MUNICIPAL ²	39,9%	INEP (2014)

O ensino médio no município de Ivaté pertence a rede estadual de ensino, oferecido pelos Colégios Estaduais Rachel de Queiroz e Presidente Getúlio Vargas. O Gráfico 09 traz a Matrícula Final do Ensino Médio de 2013/2016 e o Gráfico 10 a Taxa de Escolarização Bruta de 2010.

Gráfico 09: Matrícula final do Ensino Médio 2013/2016 – Colégios Estaduais Rachel de Queiroz e Presidente Getúlio Vargas.



Fonte: www.qedu.org.br/escola

Gráfico 10: Taxa de Escolarização Bruta (15 a 17 anos) do município em 2010



Fonte: Estado, Região e Brasil - PNAD - 2015

Fonte: Município e Mesorregião -

Constata-se uma diminuição no número de alunos do ensino médio. Todos os anos

alguns alunos que concluem o ensino fundamental optam em frequentar cursos técnicos em outros municípios, outros do ensino médio com idade de frequentar a educação de jovens e adultos acabam se transferindo. Diante disso, as taxas de escolarização bruta e líquida também não aumentam muito, pois esses habitantes são contados enquanto população, mas não como alunos.

Ressalta-se que os dados da população de 15 a 17 anos utilizados nos indicadores são de 2010 e os dados da população de 15 a 17 anos na escola e no ensino médio para calcular as taxas de escolarização para avaliação da Meta 05 do PME são de 2015 e 2016.

Tabela 21: Apresenta uma projeção de 15 a 17 anos de idade segundo município – Paraná – 2017/2025.

15 a 17 anos								
2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
347	347	347	247	344	340	336	333	329

Fonte: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES)

Normalmente, as dificuldades de aprendizagens e outros problemas nem sempre começam no ensino médio, última etapa da educação básica, pode ser reflexo de uma problemática da educação infantil ou do ensino fundamental. Diante disso, é preciso um olhar para a educação básica como um todo, com investimentos na formação dos profissionais, nos currículos escolares e nas condições de trabalho e infraestrutura.

META 6 – Incentivar e apoiar as matrículas na Educação Superior, cuja finalidade é atingir a expansão em 20% da população do município de Ivaté, até 2020.

Indicador 6A	Taxa bruta de matrículas na Educação Superior		
	META ALCANÇADA NO PERÍODO	FONTE DO INDICADOR	
20,00%	DADO OFICIAL ¹	13,8%	INEP (2014)
	DADO MUNICIPAL ²	13,8%	INEP (2014)

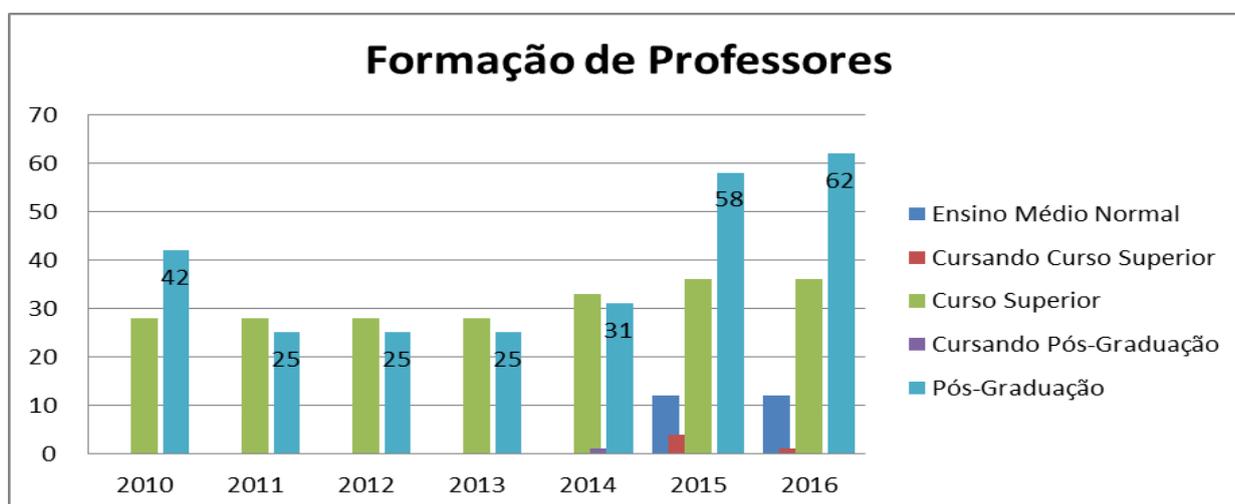
Indicador 6B	Taxa líquida de matrículas na Educação Superior		
META PREVISTA PARA O PERÍODO	META ALCANÇADA NO PERÍODO		FONTE DO INDICADOR
20,00%	DADO OFICIAL ¹	10,00%	INEP (2014)
	DADO MUNICIPAL ²	10,00%	INEP (2014)

Na rede municipal de ensino constata-se um grande avanço a partir da promulgação da LDB em 1996 na busca da formação profissional, seja em nível superior ou pós-graduação lato sensu. Em 2015, na rede municipal de ensino de Ivaté que atende a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental, 89,3% dos professores tinham pós-graduação lato sensu na área de atuação, superando as médias estaduais e nacionais (Gráficos 11, 12 e 13).

Gráfico 11: Percentual de Professores da Educação Básica do Município com Pós-Graduação Lato Sensu – 2015

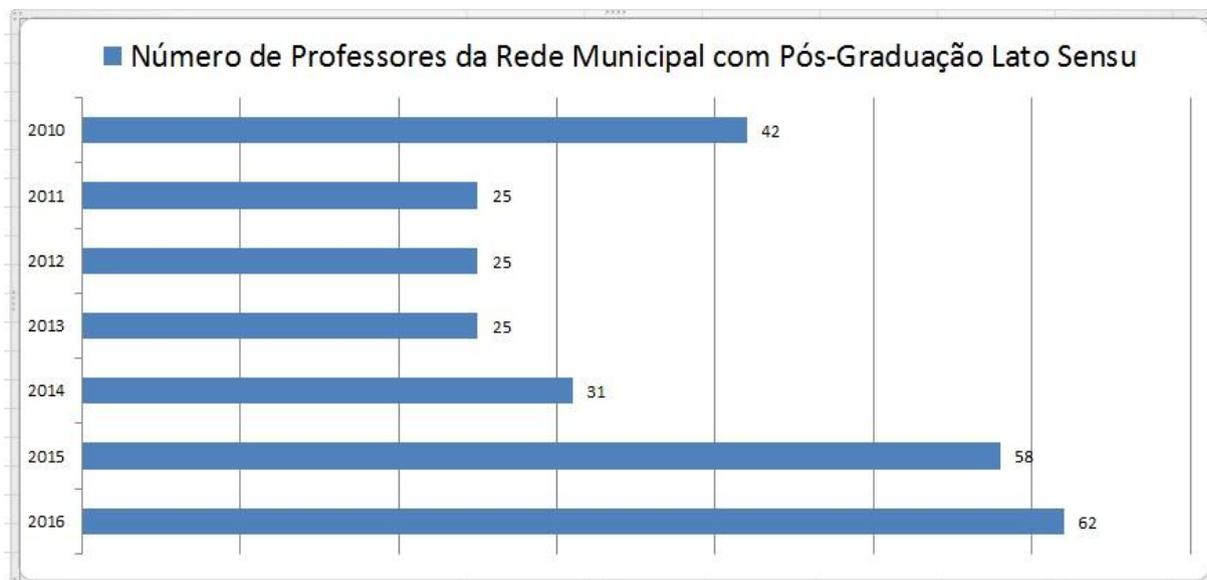


Gráfico 12: Formação de Professores – Rede Municipal de Ensino 2010/2016



Fonte: Censo Escolar e Escolas

Gráfico 13: Número de Professores da Rede Municipal de Ensino com Pós-Graduação Lato Sensu – 2010/2016.



Fonte: Censo Escolar e Secretaria Municipal de Educação

A formação continuada dos professores da rede municipal de ensino acontece todos os anos, durante o ano letivo, para todos, em momentos previstos no calendário escolar e eventualmente em outros horários, conforme planejamento da secretaria municipal de educação com os profissionais da área contratados pela Prefeitura ou através de Parcerias, visando atender as necessidades pedagógicas e áreas de atuação.

Meta 7 – Apoiar a oferta de matrículas da Educação Profissional e técnica em nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 15% (quinze por cento) da expansão no segmento público a ser implantada pelo governo federal e estadual até o final da vigência deste plano.

No Brasil, educação profissional é um conceito de ensino regido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996), complementada pelo Decreto 2208, de 17 de abril de 1997 e reformado pelo Decreto 5154, de 23 de julho de 2004.

Indicador 7A	Apoiar a oferta de matrículas na Educação Profissional e técnica em Nível Médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 15% (quinze por cento) da expansão no segmento público a ser implantada pelo governo federal e estadual até o final da vigência deste plano.		
META PREVISTA PARA O PERÍODO	META ALCANÇADA NO PERÍODO		FONTE DO INDICADOR
15,00%	DADO OFICIAL ¹	0%	Censo da Educação Básica 2015

	DADO MUNICIPAL 2	0%	Censo da Educação Básica 2015
--	------------------------	----	-------------------------------

O principal objetivo da educação profissional é a criação de cursos voltados ao acesso do mercado de trabalho, tanto para estudantes quanto para profissionais que buscam ampliar suas qualificações. Há três níveis de educação profissional segundo a legislação brasileira:

Nível básico: Voltado para estudantes e pessoas de qualquer nível de instrução. Pode ser realizado por qualquer instituição de ensino.

Nível técnico: Voltado para estudantes de ensino médio ou pessoas que já possuam este nível de instrução. Pode ser realizado por qualquer instituição de ensino com autorização prévia das secretarias estaduais de educação ou secretarias estaduais de ciência e tecnologia, dependendo do estado.

Nível tecnológico: Voltado para pessoas que queiram cursar um ensino superior tecnológico. Pode ser realizado por qualquer instituição de ensino com autorização prévia do ministério da educação.

Infelizmente o município ainda não possui matrículas nessa modalidade, conforme demonstram os gráficos 13 e 14. No entanto, nossa meta é apoiar quando isso acontecer.

Gráfico 13. Matrículas de Educação Profissional Técnica (2007 a 2016).

Triplidar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público.

Matrículas de Educação Profissional Técnica

Ano	Total
2007	0
2008	0
2009	0
2010	0
2011	0
2012	0
2013	0
2014	0
2015	0
2016	0

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Fonte: Observatório do PNE

Gráfico 14: Matrículas no ensino regular segundo a modalidade de ensino e a dependência administrativa

MATRÍCULAS NO ENSINO REGULAR SEGUNDO A MODALIDADE DE ENSINO E A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - 2016

MODALIDADE DE ENSINO	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR	TOTAL
Educação infantil	-	-	335	-	335
Creche	-	-	141	-	141
Pré-escolar	-	-	194	-	194
Ensino fundamental (1)	-	395	470	-	865
Ensino médio (2)	-	300	-	-	300
Educação profissional	-	-	-	-	-
TOTAL	-	695	805	-	1.500

FONTE: MEC/INEP

(1) Inclui matrículas do ensino de 8 e 9 anos.

(2) Inclui as matrículas do ensino médio propedêutico, do ensino integrado à educação profissional e do ensino normal e/ou magistério.

Fonte: IPARDES

META 8 – Apoiar a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito escolar das escolas públicas.

Indicador 8A	Apoiar a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e a consulta pública à comunidade escolar, no âmbito escolar das escolas públicas.		
META PREVISTA PARA O PERÍODO	META ALCANÇADA NO PERÍODO		FONTE DO INDICADOR
2016	DADO OFICIAL ¹	0%	Não quantificada
	DADO MUNICIPAL ²	0%	Não quantificada

O cargo público de diretor de escola foi criado em 2006 de acordo com a Lei complementar n.26/2006. Atualmente com a Lei n.678/2015 essa função será por indicação do Chefe do Poder Executivo ou por eleição. É de carreira na rede municipal de ensino, onde são considerados como critérios técnicos os títulos (graduação superior em pedagogia e pós-graduação na área específica de atuação), ser professor do quadro no mínimo há três (03) anos de docência, não ser reprovado em nenhuma avaliação de desempenho, não ter falta injustificada no decorrer dos últimos quatro (04) anos e nenhum tipo de processo administrativo relacionado ao trabalho no Magistério Público Municipal. Das quatro (04) escolas da rede, três

(03) tem diretor em cargo de provimento efetivo.

Uma das estratégias da meta era garantir nas escolas públicas do ensino fundamental o quantitativo de gestores, secretários escolares e coordenadores pedagógicos de acordo com o quantitativo de alunos das unidades escolares.

Número de Matrículas	Gestores	Secretário	Coord. Pedagógico PME 2015	Coord. Pedagógico (NovaAlteração)
Até 100	1	-	1	1
101 – 250	1	1	1	2
251 – 500	1	1	2	3*
501 – 1000	1	1	3	3

No entanto, na Escola Municipal Prof. Walter Bergman, que no ano de 2014 atendeu 467 alunos e no ano de 2015 atendeu 455 alunos, não conseguiram trabalhar apenas com dois coordenadores pedagógicos, embora o número de alunos tenha diminuído anualmente, fez-se necessário compor o quadro pedagógico com três profissionais, desta forma, a tabela será modificada definitivamente para três coordenadores pedagógicos, para a demanda de 251 a 500 alunos nas instituições de ensino.

O Projeto Político Pedagógico – PPP constitui-se também em um instrumento de gestão democrática. As escolas da rede municipal têm uma caminhada de muitos anos na construção de seus PPPs que são elaborados e revisados de maneira coletiva.

A Associação de Pais e Mestres – APM, os Conselhos Escolares e os Grêmios Estudantis são os segmentos de instâncias colegiadas que tem a representatividade social para legitimar as ações de participação coletiva dos processos de decisão e autonomia nas escolas (Tabela 22).

Tabela 22: Conselhos/Associações das Escolas de Ivaté

Rede	APM	Conselho Escolar/Deliberativo	Grêmio Estudantil
Municipal	X	X	
Estadual	X	X	X

Fonte: Escolas e Secretaria Municipal de Educação

Os vários conselhos municipais que envolvem a participação dos profissionais da educação também são fundamentais para a gestão democrática, o acompanhamento e controle social. O município tem: Conselho Municipal de Educação (CME), Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB (CACs), Conselho de Alimentação Escolar (CAE), Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Conselho de Transporte Escolar (CTE), Conselho Municipal de Assistência Social

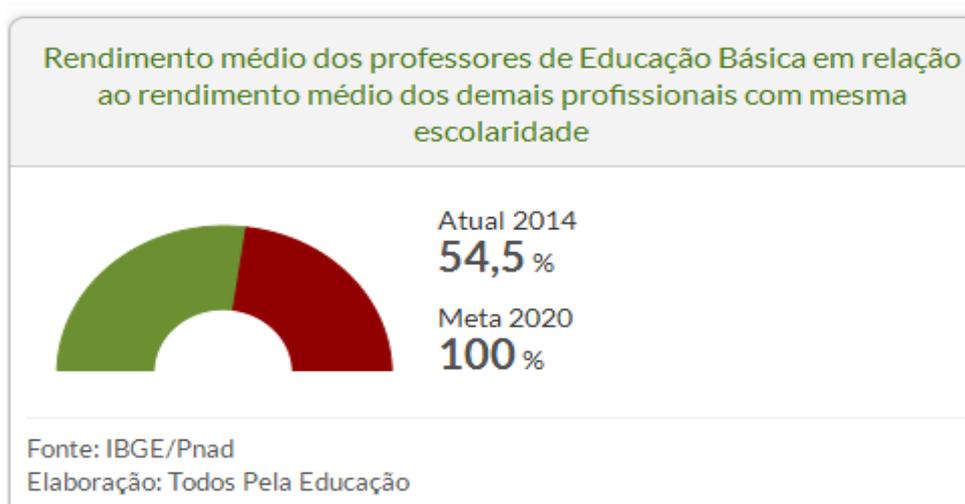
(CMAS) e Conselho Municipal de Segurança Alimentar (COMSEA).

META 9 – Apoiar, em regime de colaboração entre União, os Estados, o Distrito Federal, durante a vigência deste PME, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da lei n.9.394, de 20 de dezembro de 1996, que assegura a todos os professores (as) da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Indicador 9A	Percentual de professores da educação básica com pós-graduação <i>latu sensu</i> ou <i>stricto sensu</i> .		
META PREVISTA PARA O PERÍODO	META ALCANÇADA NO PERÍODO		FONTE DO INDICADOR
60,00%	DADO OFICIAL ¹	89,30%	Censo Educação Básica 2015
	DADO MUNICIPAL ²	89,30%	Censo Educação Básica 2015

Esta é uma meta desafiadora, conforme apresenta o Gráfico 15, que depende de questões administrativas e financeiras dos entes federados, mas que deve ser implementada gradativamente, em função das diferenças salariais constatadas entre profissionais com escolaridade equivalente. Isso é possível através da revisão, no âmbito dos Municípios, dos Planos de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

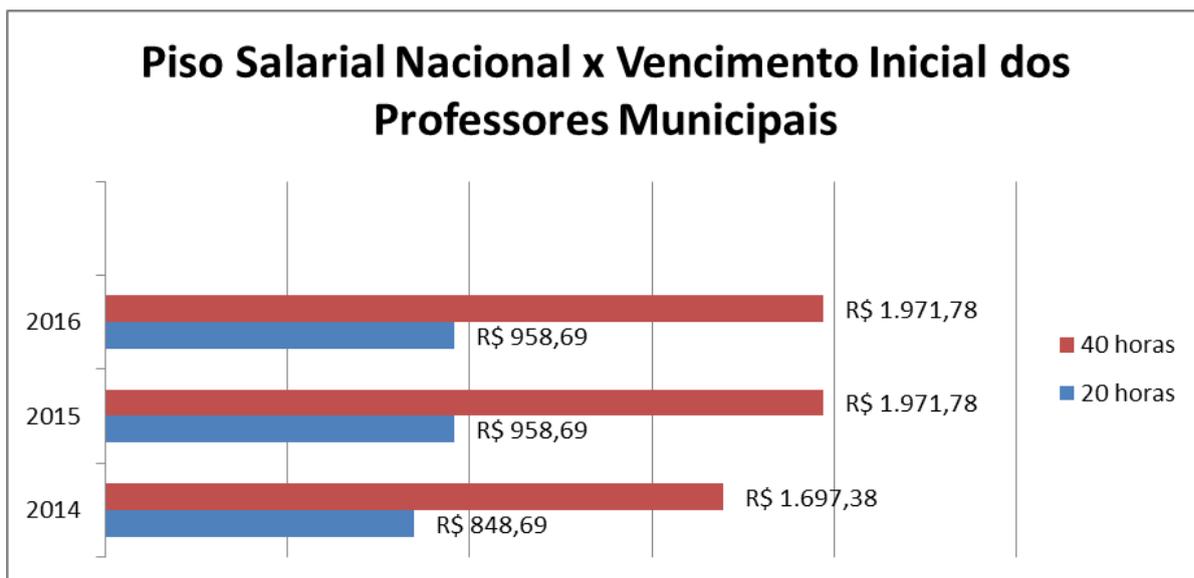
Gráfico 15: Rendimento médio dos professores de educação básica em relação ao dos demais profissionais com a mesma escolaridade



A Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008 instituiu o Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica. A Lei estabelece que o piso

salarial dos docentes da Educação Básica deve ser reajustado anualmente, de acordo com a variação no valor anual mínimo por aluno, e é pago para profissionais com formação de Nível Médio, em início de carreira, e carga horária de 20 e 40 horas semanais. Pela Lei, os demais níveis de carreira dos professores têm o aumento negociado em cada ente federativo.

Gráfico 16: Atualização do Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério Público e do Vencimento Inicial dos Professores da Rede Municipal de Ensino de Ivaté



Fonte: Ministério da Educação, Secretaria Municipal de Educação

Os profissionais da educação do Município de Ivaté conquistaram o seu Estatuto e Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Municipal em 2006. A referida lei sofreu alterações até a presente data (Tabela 23).

Tabela 23: Legislações do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Ivaté

Lei Municipal 26/2006, de 12 de dezembro de 2006	Dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Ivaté
Lei Complementar 678/2015, de 10 de dezembro de 2015	Dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Ivaté

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Tabela 24: Total de professores por modalidade de ensino

MUNICÍPIO DE IVATÉ

FUNÇÕES DOCENTES NOS ENSINOS REGULAR, ESPECIAL E EJA - 2016

MODALIDADE DE ENSINO	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR	TOTAL
Educação infantil (Regular)	-	-	21	-	21
Creche	-	-	12	-	12
Pré-escolar	-	-	13	-	13
Ensino fundamental (Regular)	-	35	25	-	59
Ensino médio (Regular)	-	32	-	-	32
Educação profissional (Regular)	-	-	-	-	-
Educação especial (Especial)	-	-	2	8	10
Educação de jovens e adultos (EJA)	-	31	1	-	32
TOTAL	-	59	47	8	108

FONTE: MEC/INEP

NOTA: O total de docentes por município diverge com o total de docentes do Estado a medida que se aumentam as desagregações da informação, pois um docente pode trabalhar em dois municípios ou mais e em duas dependências administrativas ou mais.

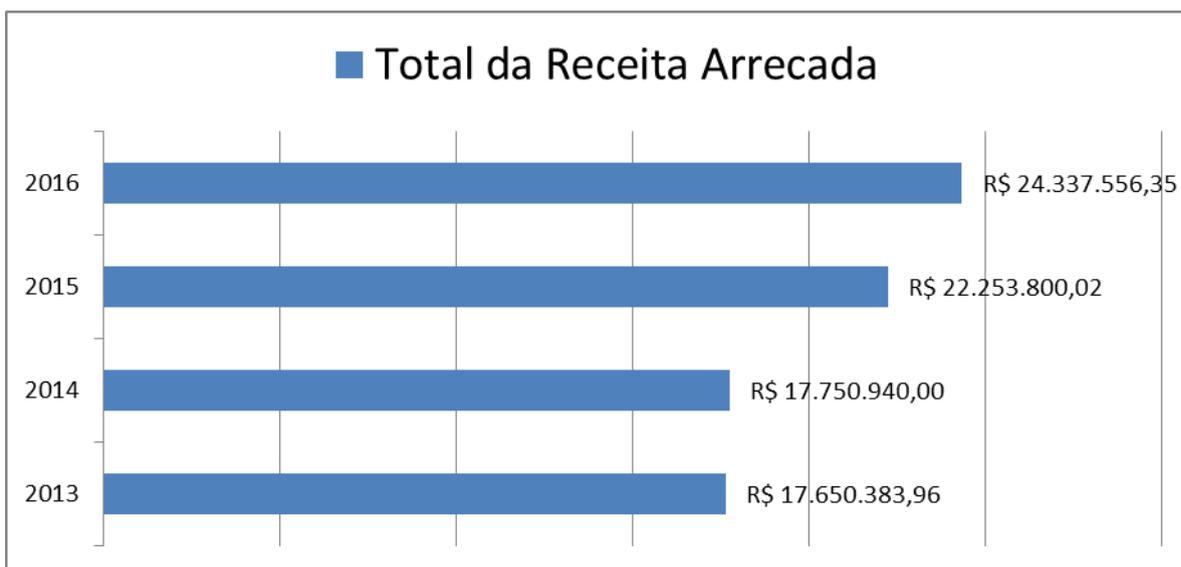
Fonte: IPARDES

META 10 – Apoiar a aplicação dos investimentos públicos em educação pública de forma a assegurar condições necessárias para a melhoria e manutenção do desenvolvimento do ensino público.

Indicador 10A	Apoiar a aplicação dos investimentos público em educação pública de forma a assegurar condições necessárias para a melhoria e manutenção do desenvolvimento do ensino público.		
META PREVISTA PARA O PERÍODO	META ALCANÇADA NO PERÍODO		FONTE DO INDICADOR
2016	DADO OFICIAL ¹	0%	Não quantificada
	DADO MUNICIPAL ²	0%	Não quantificada

De acordo com o artigo 5º da Lei 668, de 19 de junho de 2015, que Aprova o Plano Municipal de Educação – PME e dá outras providências: Artigo 5º. Os Planos Plurianuais do Município serão elaborados de modo a dar suporte à metas constantes do Plano Municipal de Educação. O Gráfico 17 apresenta o total das receitas arrecadadas pelo Município de Ivaté.

Gráfico 17: Total da Receita Arrecadada pelo Município de Ivaté – 2013/2016



Fonte: Tribunal de Contas do Paraná – TCE/PR e Prefeitura de Ivaté

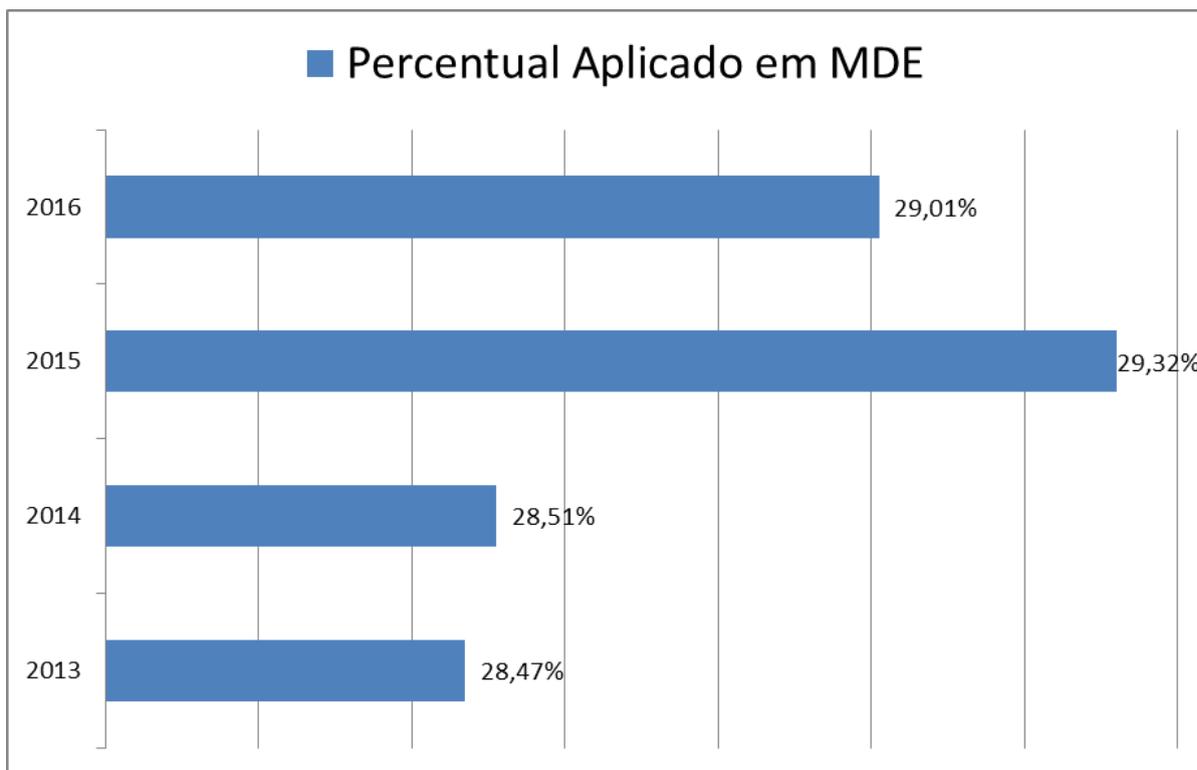
De acordo com a Tabela 24 e o Gráfico 18 é possível apurar que o município de Ivaté aplicou mais de 25% na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE). No ano de 2015, foram 4,32% a maior do mínimo exigido.

Tabela 24: Demonstrativo dos valores aplicados com Manutenção e Desenvolvimento de Ensino pelo Município de Ivaté

Ano	Valores (R\$)	Percentual aplicado em MDE (%)
2013	4.214.929,31	28,47
2014	4.541.023,49	28,51
2015	4.764.136,58	29,32
2016	5.225.074,57	29,01

Fonte: Tribunal de Contas do Paraná – TCE/PR – Prefeitura de Ivaté

Gráfico 18: Percentual de aplicação das receitas de impostos e transferências vinculadas à educação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.



Fonte: Tribunal de Contas do Paraná – TCE/PR/ Prefeitura de Ivaté

O valor do Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes, impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos a preços correntes e valor adicionado bruto a preços correntes total e por atividade econômica, e respectivas participações, os valores aplicados com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e o percentual do PIB aplicado no município em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino de 2013 a 2016 se encontram na Tabela 25.

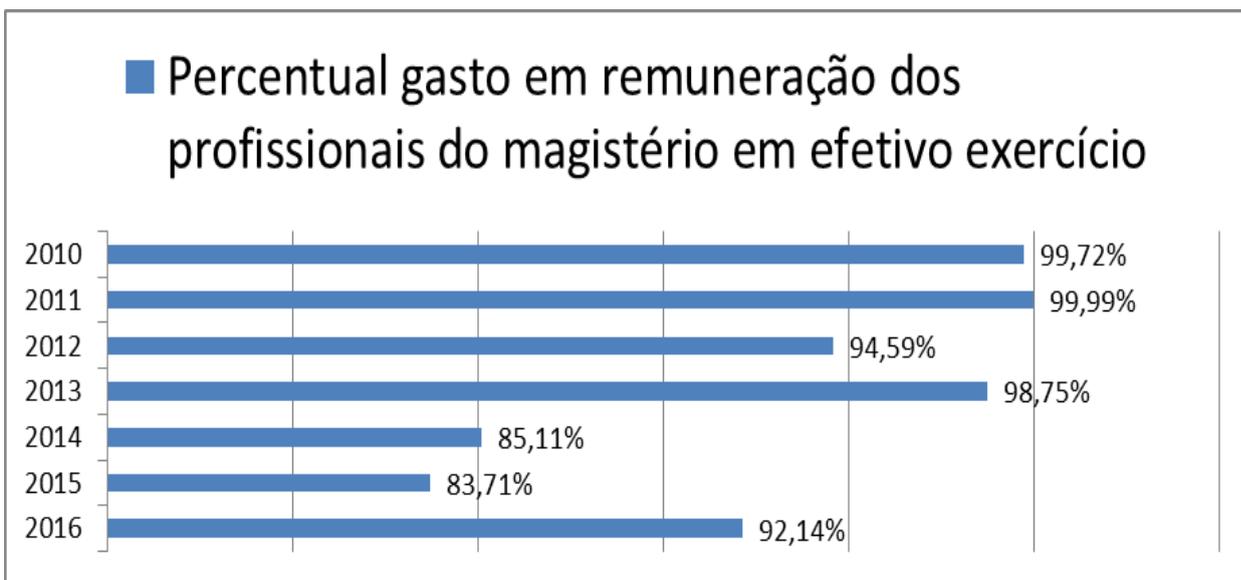
Tabela 25: Valor do PIB, valores aplicados em manutenção e desenvolvimento do ensino e o percentual do PIB aplicado no município de Ivaté.

Ano	Valor do PIB (R\$)	Valores aplicados em MDE (R\$)	Percentual (%) do PIB aplicado em MDE
2013	17.650.383,96	4.214.929,31	23,8%
2014	17.750.940,00	4.541.023,49	25,5%
2015	22.253.800,02	4.764.136,58	21,4%
2016	24.337.556,35	5.225.074,57	21,4%

Fonte: Tribunal de Contas do Paraná – TCE/PR e Prefeitura de Ivaté

A implantação do FUNDEB em 2008, fundo único para o financiamento da educação básica, trouxe mudanças significativas na educação. Dos recursos oriundos do FUNDEB, no mínimo 60% deve ser gasto com remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício. Através dos dados do Gráfico 19 verifica-se que o município de Ivaté gasta além do mínimo exigido pela legislação.

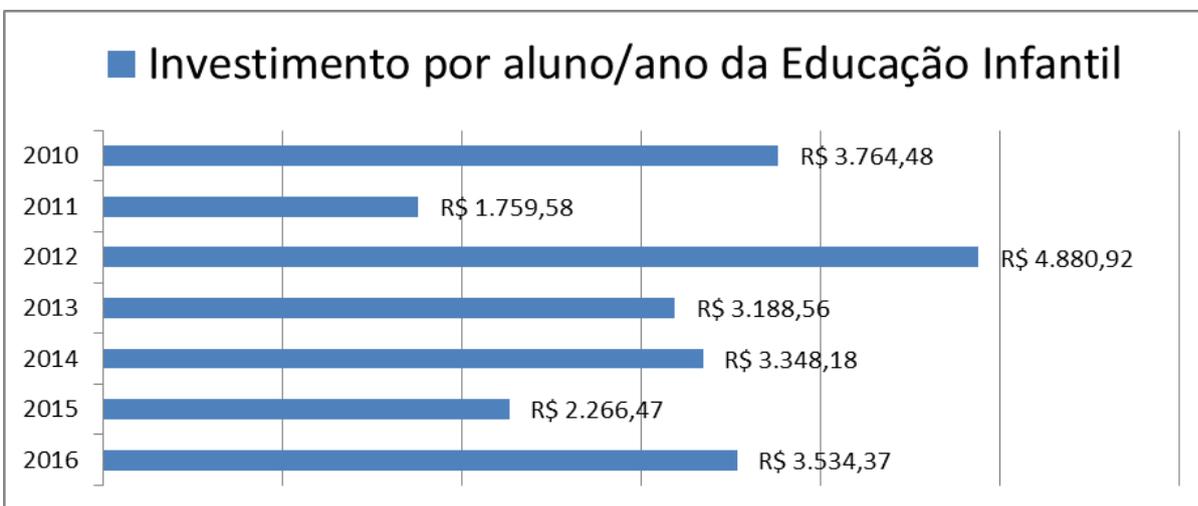
Gráfico 19: Percentual do FUNDEB gasto em remuneração dos Profissionais do Magistério em efetivo exercício.



Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação - SIOPE

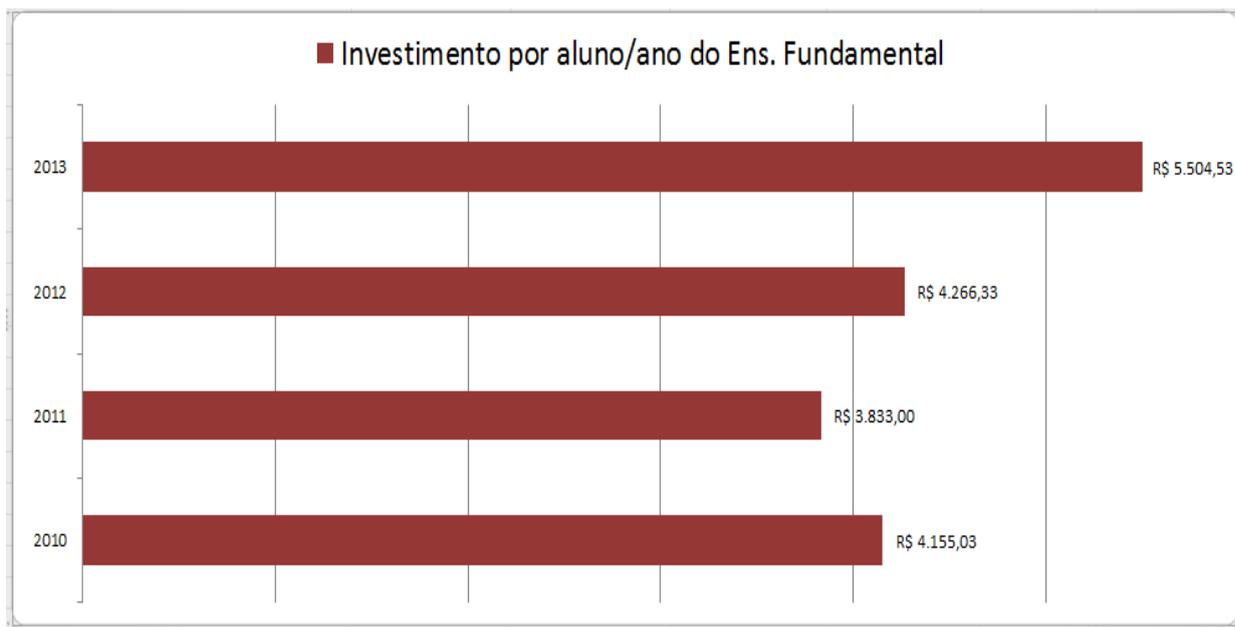
A rede municipal de ensino tem alunos da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. O Gráfico 20 e 21 apresentam o gasto educacional por aluno/ano.

Gráfico 20: Investimento educacional por aluno/ano da Educação Infantil



Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação – SIOPE

Gráfico 21: Investimento educacional por aluno/ano do Ensino Fundamental



Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação – SIOPE

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da república. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996:** atualizada. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Casa Civil, 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2014c. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008.** Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Brasília: Casa Civil, 2008e. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11738.htm>. Acesso em: 2016.

BRASIL. **Plano nacional de educação em movimento:** situação das metas dos planos. Disponível em: <<http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php>>. Acessos em: 2016 e 2017.

BRASIL. **Piso nacional dos professores.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2016/01/piso-nacional-dos-professores-sobe-para-r-2.135>>. Acesso em 2016 e 2017.

BRASIL. **Sistema de informações sobre orçamentos públicos em educação (SIOPE):** relatório de indicadores – Peritiba. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/siope/indicadoresFinanceirosEEducacionais.do?acao=PESQUISAR&anoPaginacao=2012&paginacao=-&pag=result&cod_uf=42&municipios=421260>. Acesso em: 2017.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).** Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1552>>. Acesso em: 2016 e 2017.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).** Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/5938#resultado>>. Acesso em: 2016 e 2017.

LOA. **Lei n. 677, de 26 de novembro de 2015.** Dispõe sobre Orçamentária Anual para o exercício de 2016.

LDO. **Lei n. 670, de 02 de julho de 2015.** Dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016.

INEP. **Portal Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.** Disponível em: <<http://inep.gov.br>>. Acesso em: 2016 e 2017.

IVATÉ. **Lei Complementar nº 26, de 12 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Ivaté. Ivaté, 2006.

IVATÉ. **Lei Complementar nº 678, de 10 de dezembro de 2015.** Dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Ivaté. Ivaté, 2015.

IVATÉ. **Projeto Político Pedagógico do Centro de Educação Infantil Menino Deus.** Ivaté, 2016.

IVATÉ. **Projeto Político Pedagógico do Centro de Educação Infantil Santa Terezinha.** Ivaté, 2016.

IVATÉ. **Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Professor Walter Bergman.** Ivaté, 2016.

IVATÉ. **Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Herculândia.** Ivaté, 2016.

IVATÉ. **Relatório sistema G-MUS.** Secretaria Municipal de Saúde. Ivaté, 2016.

IVATÉ. **Relatórios do Censo Escolar:** educacenso 2015 e 2016. Secretaria Municipal de Educação. Ivaté, 2017.

IVATÉ. **Relatórios da escola via net:** Sere Web 2015 e 2016. Secretaria Municipal de Educação. Ivaté, 2017.

OBSERVATÓRIO DO PNE. **Valorização do professor.** Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/17-valorizacao-professor>>. Acesso em: 2016 e 2017.

PARANÁ. **Tribunal de Contas do Estado do Paraná:** receitas públicas, despesas públicas e limites constitucionais da educação no município de Ivaté. Disponível em: <http://www1.tce.pr.gov.br/servicos/>>. Acesso em 2016 e 2017.

PPA. **Lei n. 638, de 05 de dezembro de 2013.** Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2014/2017.

PNAE em Movimento. **Situação das metas dos planos.** Disponível em: <http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php>. Acesso em 2016 e 2017.

QEDU. **Use dados. Transforme a educação.** Coleta do censo escolar de todas as escolas da rede. Disponível em: <http://www.qedu.org.br/>. Acesso em 2017.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: **Dia a Dia Educação “gestão escolar”.** Consulta escola. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/>. Acesso em 2017.